

TODAS AS ARTES

.....
REVISTA LUSO-BRASILEIRA DE ARTES E CULTURA
ALL THE ARTS LUSO-BRAZILIAN JOURNAL OF ART AND CULTURE



Vol. 7, N. 3, Set.-Dez. 2024
ISSN 2184-38052

PRÁTICAS ANTI-DISCRIMINATÓRIAS EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA: ARQUIVOS INESPERADOS PARA AGITAR LUGARES SOSSEGADOS

ANTI-DISCRIMINATORY PRACTICES IN ART EDUCATION: UNEXPECTED ARCHIVES TO SHAKE QUIET PLACES

PRATIQUES ANTIDISCRIMINATOIRES EN ÉDUCATION ARTISTIQUE : DES ARCHIVES INATTENDUES POUR ÉBRANLER LES LIEUX TRANQUILLES

PRÁCTICAS ANTIDISCRIMINATORIAS EN LA EDUCACIÓN ARTÍSTICA: ARCHIVOS INESPERADOS QUE SACUDIRÁN LUGARES SILENCIOSOS

Cat Martins

Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Laboratório de Educação Artística e Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade, Porto, Portugal

Marcela Pedersen

Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Laboratório de Educação Artística e Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade, Porto, Portugal

Ana Mafalda Pereira

Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Laboratório de Educação Artística e Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade, Porto, Portugal

Inês Neves

Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade, Porto, Portugal

Camila Almeida

Ativista, Porto, Portugal

Amadeo de Freitas

Ativista, Porto, Portugal

Pedrinho Faël

Ativista, Porto, Portugal

Tiago Assis

Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Laboratório de Educação Artística e Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade, Porto, Portugal



RESUMO: Este texto parte de um grupo de pessoas interessadas em trabalhar práticas anti discriminatórias em contextos educativos. Observar este campo permite-nos identificar o trabalho ainda residual no que diz respeito às colonialidades da educação e da educação artística e à sua persistência no presente. No grupo estão presentes pessoas que estão na academia e pessoas que estão fora da academia; pessoas que estão ligadas ao activismo e pessoas que estão fora do activismo. Desde logo, isto abre tensões na escrita de um texto cuja publicação obedece às estruturas de legitimação de um saber académico. Não temos este problema resolvido, mas temos um horizonte comum de analisar e propor práticas que actuem neste campo anti discriminatório. Considerando este primeiro texto como parte desse processo, sobretudo em torno de um trabalho necessário de aprendizagem e de ação sobre a branquitude em que nos constituímos, assumimos uma escrita a múltiplas mãos. Começamos por nos situar individualmente a partir das lentes da Literacia Crítica da Diversidade para, de seguida, apresentarmos o trabalho que o grupo começou a desenvolver na construção de arquivos que nos permitam confrontar a arte e a educação com as dimensões do projeto colonial Europeu, e, especificamente, português. Procuramos constituir arquivos de materiais que possam ser submetidos a estas lentes críticas e transformados em ações de aprendizagem. Esses arquivos são expostos e pensados em conjunto. Focamos em quatro ações: numa biblioteca escolar, num museu, na literatura médica sobre pessoas trans, e nos jardins da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (FBAUP). Como trabalhar estes arquivos em contextos educativos, e a partir da centralidade de práticas vinculadas com a necessidade urgente de histórias reparativas e restitutivas?

Palavras-chave: práticas anti discriminatórias, literacia crítica da diversidade, educação artística, arquivo;

ABSTRACT: This text comes from a group of people interested in working on anti-discriminatory practices in educational contexts. Observing this field allows us to identify the work that is still residual regarding the colonialities of education and art education and their persistence in the present. The group includes people who are in academia and people who are outside academia; people who are linked to activism and people who are outside activism. From the outset, this opens tensions in the writing of a text whose publication obeys the legitimizing structures of academic knowledge. We don't have this problem solved, but we do have a common horizon for analyzing and proposing practices that act in this anti-discrimination field. Considering this first text as part of this process, above all around the necessary work of learning and acting on the whiteness in which we are constituted, we have taken on a multi-handed writing process. We begin by situating ourselves individually through the lens of Critical Literacy of Diversity (LCD) and then present the work that the group has begun to develop in building archives that allow us to confront art and education with the dimensions of the European colonial project, and specifically the Portuguese one. We seek to build archives of materials that can be subjected to these critical lenses and transformed into learning actions. These archives are exhibited and thought about together. We focused on four actions: in a school library, in a museum, in medical literature on trans people, and in the gardens of the FBAUP. How can we work with these archives in educational contexts, and from the centrality of practices linked to the urgent need for reparative and restorative histories?

Keywords: anti-discrimination practices, critical diversity literacy, art education, archive.

RÉSUMÉ: Ce texte provient d'un groupe de personnes intéressées à travailler sur les pratiques antidiscriminatoires dans les contextes éducatifs. L'observation de ce terrain nous permet d'identifier le travail qui reste résiduel concernant les colonialités de l'éducation et de l'éducation artistique et leur persistance dans le présent. Le groupe comprend des personnes qui sont dans le milieu universitaire et des personnes qui sont à l'extérieur du milieu universitaire ; des personnes qui sont liées à l'activisme et des personnes qui sont en dehors de l'activisme. D'emblée, cela ouvre des tensions dans l'écriture d'un texte dont la publication obéit aux structures légitimantes du savoir académique. Ce problème n'est pas résolu, mais nous avons un horizon commun pour analyser et proposer des pratiques qui agissent dans ce domaine de la lutte contre la discrimination. En considérant ce premier texte comme faisant partie de ce processus, avant tout autour du nécessaire travail d'apprentissage et d'action sur la blancheur dans laquelle nous sommes constitués, nous avons entrepris un processus d'écriture à plusieurs mains. Nous commençons par nous situer individuellement à travers le prisme de la littératie critique de la diversité (LCD), puis nous présentons le travail que le groupe a commencé à développer en construisant des archives qui nous permettent de confronter l'art et l'éducation aux dimensions du projet colonial européen, et plus particulièrement portugais. Nous cherchons à construire des archives de matériaux qui peuvent être soumis à ces lentilles critiques et transformés en actions d'apprentissage. Ces archives sont exposées et pensées ensemble. Nous nous sommes concentrés sur quatre actions : dans une bibliothèque scolaire, dans un musée, dans la littérature médicale sur les personnes trans, et dans les jardins de la FBAUP. Comment pouvons-nous travailler avec ces archives dans le domaine de l'éducation.

Mots-clés: les pratiques antidiscriminatoires, la littératie critique sur la diversité, éducation artistique, archiver.

RESUMEN: Este texto proviene de un grupo de personas interesadas en trabajar sobre prácticas antidiscriminatorias en contextos educativos. La observación de este campo nos permite identificar el trabajo que queda residual respecto a las colonialidades de la educación y la educación artística y su persistencia en el presente. El grupo incluye a personas que están en la academia y personas que están fuera de la academia; Personas que están conectadas con el activismo y personas que están fuera del activismo. De entrada, esto abre tensiones en la redacción de un texto cuya publicación obedece a las estructuras legitimadoras del conocimiento académico. Este problema no se ha solucionado, pero tenemos un horizonte común para analizar y proponer prácticas que actúen en este ámbito de la lucha contra la discriminación. Considerando este primer texto como parte de este proceso, sobre todo en torno al necesario trabajo de aprender y actuar sobre la blancura en la que estamos constituidos, emprendimos un proceso de escritura a varias manos. Comenzamos situándonos individualmente a través del prisma de la Alfabetización Crítica de la Diversidad (LCD), y luego presentamos el trabajo que el grupo ha comenzado a desarrollar construyendo archivos que nos permiten confrontar el arte y la educación con las dimensiones del proyecto colonial europeo, y más particularmente el portugués. Buscamos construir archivos de materiales que puedan ser sometidos a estos lentes críticos y transformados en acciones de aprendizaje. Estos archivos se exhiben y diseñan en conjunto. Nos enfocamos en cuatro acciones: en una biblioteca escolar, en un museo, en la literatura médica sobre personas trans y en los jardines de la FBAUP. ¿Cómo podemos trabajar con estos archivos en el ámbito de la educación?

Palabras-clave: prácticas antidiscriminatorias, alfabetización crítica sobre la diversidad, educación artística, archivo.

1. Apresentação

Este texto parte de um grupo de pessoas interessadas em trabalhar práticas anti discriminatórias em contextos educativos. A análise destes contextos permite-nos identificar o trabalho ainda residual no que diz respeito ao enfrentamento e desconstrução das colonialidades da educação e da educação artística e a sua persistência no presente. A colonialidade refere-se ao legado duradouro das práticas coloniais enquanto uma estrutura

de pensamento (Quijano, 2007) que reproduz violências epistemológicas de carácter universalizante, produzidas na modernidade ocidental. Exemplos disso são os modos como a educação ou a arte, na escola ou em museus, tendem a ser vistas como práticas civilizatórias, assentes em lógicas de desenvolvimento lineares que têm o homem cisgénero, europeu, branco, classe média, sem deficiências, heterossexual, entre outros marcadores de hegemonia social, como modelo. As práticas anti discriminatórias que encetamos partem da crítica e desconstrução a este modelo, procurando alianças com as histórias e as posicionalidades silenciadas e oprimidas, conectando-se com as lutas por maior justiça social e pela responsabilidade que temos, enquanto pessoas brancas, pela reparação das violências históricas neste campo.

No grupo estão presentes pessoas que estão na academia e pessoas que estão fora da academia; pessoas que estão ligadas ao ativismo e pessoas que estão fora do ativismo. As tensões que se levantam com a escrita de um texto cujo processo de validação é académico não está resolvida entre nós e, ela própria, é o resultado de uma colonialidade do saber. A modernidade-colonialidade construiu a ideia de saber articulada com as relações de poder, sejam elas institucionais (a academia), sejam raciais (as pessoas brancas), sejam de classe, sejam cis-heteronormativas (homens cis Europeus). Isto devolve-nos uma imagem de que o saber é construído nos lugares a que chamamos academia e por homens cis brancos Europeus. Este lugar de privilégio é uma colonialidade que continua a habitar o que se privilegia como 'o' saber. Aqui dentro estão discriminações estruturais e violências várias. Os *dentros* e os *foras* da academia que aqui assinalamos fazem emergir este problema, mas também nos permitem enfrentá-lo com a consciência de que estamos a ser atravessadas por estas relações de poder/saber e colonialidades que tentamos desconstruir.

Pensamos o grupo e o nosso trabalho a partir do enquadramento que a Literacia Crítica da Diversidade (LCD) nos propõe. O conceito de LCD coloca em ação um conjunto de lentes para analisar as diferentes posições sociais, relações de privilégio e de opressão, e como elas se intersejam na produção de discriminações e manutenção de relações de poder hegemónicas (Twine, 2006; Steyn, 2015; Mörsch, 2021). Melissa Steyn, investigadora branca sul-africana propõe o conceito a partir do conceito de literacia racial da autora negra norte-americana France Winddance Twine. A literacia racial é proposta, por Twine, como uma *prática de leitura* que incorpora formas de atenção aos processos e práticas de produção de racialização e de alteridade. Por sua vez, Carmen Mörsch, investigadora e professora branca alemã, propõe a LCD aplicada ao campo da educação artística no desenvolvimento de um currículo anti discriminatório.

Antes de avançarmos na explicitação deste referencial, procuraremos apresentar-nos enquanto coletivo, mas pessoa a pessoa, a partir destas lentes:

Cat Martins. Nasci em 1980. Sou uma pessoa branca, de uma família de classe trabalhadora, gorda desde a infância, e primeira geração da família que frequentou o ensino superior. Sou uma pessoa Queer e Trans Não-Binária. Viver grande parte da vida passando como pessoa cis, trouxe consigo acesso a privilégios que hoje tenho, embora a afirmação da minha identidade nesses lugares provoque hoje tensões e erga muros. Sou uma pessoa privilegiada, com um salário de docente universitário. Tenho casa e papéis que me conferem cidadania portuguesa. Estes papéis ainda estão errados (em Portugal, as pessoas Não Binárias ainda não têm reconhecimento legal). Quero, como diz a Inês já umas linhas aqui abaixo, mudar umas coisas na academia (ah, e já agora, na Constituição Portuguesa!).

Marcela Pedersen, mulher cis, bissexual, nascida e criada na classe média brasileira. Simultaneamente uma outra, brasileira imigrante em Portugal, e uma mesma, pessoa branca. Meu encontro com o grupo é fruto de uma posição de privilégio de ser, apoiada na possibilidade de cursar um doutoramento nas Belas Artes.

Ana Mafalda Pereira, mulher cis, neurodivergente, branca, pansexual. Cresci com todos os privilégios e vantagens de uma família de classe média portuguesa. Estudei no ensino público e privado. Sou doutoranda em educação artística na FBAUP, bolseira FCT e a minha área de atuação é o teatro. Consciente de que mesmo a precariedade não é para todes, reconheço o privilégio de ainda andar por aqui. Feminista. Antiespecista.

Inês Neves, branca, lésbica, nascida numa família portuguesa de classe média, com os privilégios todos que acarretam desta identidade. Estudante num mestrado de educação em permanente questionamento do meu lugar nestes mundos académicos cis heterossexuais, com um enorme desejo de mudar algumas coisas por aqui.

Camila Almeida, tenho 24 anos e estudei Animação e Informação Turística na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Instituto Politécnico do Porto. Estagiei no Museu do Porto durante o meu percurso académico, conseguindo, a partir desse momento, entender este espaço plural como complexo e não apenas como um "contador de histórias da cidade".

Pedrinho Faël, sou pessoa queer e transmasculina não-binária, socializado como menina branca, portuguesa, católica, isolado no seio da classe média, contudo raised by the Internet. Ainda não me permiti a sair da instituição escolar, instrumentalizo a profissionalização na docência também para assegurar uma suposta validação social. Neste momento, sinto privilégio por ter acesso legitimado pelo governo português a testosterona ao mesmo tempo que sou confrontado com a perda de acesso a lugares de privilégio dos quais usufruí até agora (mesmo que a custo) quanto mais a minha transgressão de género se manifesta nas mudanças do meu corpo e modos de pensar/agir/resistir. Procuo neste grupo cuidado e força coletiva, existir e questionar de outras formas e com sede de chegar a outros lugares.

Amadeo de Freitas, pessoa portuguesa, branca e com casa. Cresci numa família pobre, no sul de Portugal. Educado na cultura de uma mãe de família burguesa, nascida em Moçambique colonial, que se viu obrigada a mudar para Portugal. Neurodivergente, queer, não-binário e visivelmente trans-masculino. Iniciei a minha transição às escondidas da minha família e assim permaneço. Estou em luta pelo acesso ao ensino superior há seis anos devido a estruturas condicionantes maiores do que eu. Porém, quando saio do trabalho, ao ver as pessoas desalojadas sinto na pele não só o privilégio branco e português, mas também o privilégio de ainda me poder fazer passar por menina aos olhos cis - o que me dá acesso a um emprego ou, por exemplo, a possibilidade de participar na escrita deste artigo.

Tiago Assis. Sou branco, cis, português, professor e investigador na FBAUP. Tive um percurso altamente privilegiado, pelas estruturas e condições sociais, também correlacionadas com um acesso a uma educação tecnológica bastante excludente.

Diferentes posições, diversas camadas atravessam o próprio grupo, estamos juntas a pensar estas práticas, a escrever este texto e, ao mesmo tempo, coexistimos com as dificuldades que as nossas próprias posições nos complicam a presença de todes, nos diferentes momentos de escrita. É importante para nós usarmos a LCD como lente para o próprio grupo e a noção de que as diferentes posições trazem saberes parciais localizados (Haraway, 1995). Donna Haraway, no texto, *Saberes Localizados*, desconstrói as posições não marcadas de homem e branco, para insistir na corporificação da visão. Procuramos práticas anti discriminatórias numa dimensão interseccional, de produção de conhecimento parcial e localizado, resistente à objetividade totalizadora. Isto significa que o grupo é uma rede que opera a partir das diferentes posições, camadas e contradições, pensa-se e procura agir nas práticas anti discriminatórias na educação artística.

Assim, a LCD

pode ser considerada como uma orientação analítica informada que permite a uma pessoa ler as relações sociais predominantes como se estivesse lendo um texto, reconhecendo as maneiras pelas quais as possibilidades estão sendo abertas ou fechadas para aqueles que ocupam posições diferentes dentro das dinâmicas em curso de contextos sociais específicos (Steyn, 2015: 381).

Enquanto uma orientação analítica, a LCD é uma espécie de lente que nos orienta a uma leitura das relações sociais. Tomaremos a síntese que Carmen Mörsch realiza no texto *Literacia Crítica da Diversidade na Interface entre a Educação/Arte*:

- Compreender que categorias de diferenciação – tais como o género, a orientação sexual, a aptidão física, a classe e a raça – são socialmente produzidas.
- Compreender a interseccionalidade, isto é, o modo como estas categorias operam conjuntamente para criar desigualdades.
- Compreender o que é o privilégio sob este pano de fundo. Ser capaz de um posicionamento crítico à luz desse conhecimento.
- Ser capaz de dominar a linguagem e as noções que podem identificar a desigualdade e as relações de poder hegemónicas.
- Ser capaz de reconhecer/descodificar formulações hegemónicas.
- Compreender que existem no presente continuidades das relações de poder historicamente estabelecidas.
- E finalmente, sabendo tudo isto, desenvolver a vontade de promover mudanças rumo a uma maior justiça. (Mörsch, 2021: 74).

A LCD implica a interseccionalidade. Sendo hoje um conceito muito usado em diferentes lugares, vale a pena voltar a situá-lo na sua complexidade enquanto marcador de posição ou de 'lugar de fala'. O conceito de interseccionalidade tem a sua origem na genealogia da luta das mulheres Negras, desde a segunda metade do século XIX. Djamilia Ribeiro (2020), autora Negra brasileira, coloca Sujourneur Truth, mulher Negra abolicionista, Afro-Americana, e o seu discurso *Ain't I a Woman?* como uma das principais vozes que

historicamente cruzou as categorias de raça, género e classe. O conceito foi, entretanto, usado e transformado por diversas intelectuais Negras, sendo que Kimberlé Crenshaw é uma das vozes que ajudou a torná-lo mais conhecido, também fora da comunidade ativista Negra. Para Kimberlé Crenshaw,

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspetos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2022: 177).

O grupo surgiu de um vazio sentido de crítica sobre a branquitude nos campos educativos, ativistas, artísticos e culturais. Muitos dos campos em que nos movemos são uma imagem das discriminações estruturais múltiplas presentes na sociedade portuguesa. Reproduzem uma série de cânones que enfatizam a posição branca, europeia, cisgénero, heteronormativa e capacitista. Não olhamos para nenhum destes conceitos, da raça ao género ou ao capacitismo como conceitos essencialistas. Pelo contrário, percebemos a forma como lhes é dada existência nas próprias práticas educativas, ativistas, artísticas e culturais.

Neste texto, o grupo decidiu organizar-se em pequenos núcleos de trabalho, questionando e problematizando práticas e arquivos com os quais nos cruzamos em diferentes situações. Procuramos constituir arquivos de materiais que possam ser submetidos a estas lentes críticas e transformados em ações de (des)aprendizagem em espaços educativos. Falar em desaprendizagem é importante como forma de tornar a branquitude visível e, com isso, percebermos as relações de poder que têm vindo a colocar determinadas posições no centro e a silenciar outras. Neste sentido, este trabalho é também um trabalho de aprendizagem sobre a nossa própria branquitude. Mais uma vez, precisamos de ressaltar que branquitude não é um conceito essencialista; é, antes, um sistema de racionalidade que organiza formas de pensar, de agir, de ver o mundo. Façamos um pequeno exercício proposto por Rubén Gaztambide-Fernandez, Amelia Krahe e Stephen Carpenter (2018). Pedimos a quem nos lê que possa completar as seguintes frases:

“He is a great artist, but he is no _____”;
Listening to _____ makes your baby smarter;
To be a great dancer, you must have a strong basis in _____;
Great literature begins with _____.”

A branquitude é, então, esse sistema de poder que se reproduz a partir dos exemplos que
mais prováveis.
branquitude. Picasso, Mozart, Shakespear, são algumas das opções
de quem lê (pelo menos se for uma pessoa branca) com exemplos vindos do mundo da
Muito provavelmente estes espaços em 'branco' vão ser reenchidos pela imaginação

gera como se fossem universais: do conhecimento na academia, ao que é considerado arte, aos exemplos de artistas (que para além de brancos, são quase sempre homens Europeus cisgénero). A branquitude nem se refere só a pessoas brancas, nem está só nas mentes de pessoas brancas. A sua pervasividade está intimamente ligada à construção da modernidade-colonialidade (Quijano, 2007; Mignolo, 2017). Enquanto grupo exclusivamente constituído, no presente, por pessoas brancas, reconhecemos a urgência do trabalho crítico sobre a nossa branquitude. É assim que abraçamos o conselho de Dori Thunstall, mulher cis Afro-Americana de que o trabalho sobre a branquitude tem de começar na branquitude:

Em primeiro lugar, a gente branca deve fazer o trabalho de curar o seu próprio trauma intergeracional porque o trabalho de descolonização é o seu trabalho. Eles criaram as condições de colonização. São eles que devem superar o seu vício dos benefícios da supremacia branca e desmantelá-lo (Thunstall, 2023: 69)¹⁾.

A branquitude que criou as condições do colonialismo, da exploração de pessoas e da natureza, de lógicas extrativistas, de genocídio, de epistemicídio, e as colonialidades inerentes à modernidade, tem de começar a enfrentar o seu apego aos benefícios e privilégios que ela própria usufruiu à custa da violência e opressão históricas (que se mantêm no presente). Reconhecemos a urgência deste trabalho, sobretudo em Portugal, onde o racismo estrutural e a narrativa do ‘bom colonizador’ organizam o quotidiano.

2. Os núcleos de arquivos

Nesta escrita, focamos em quatro ações, realizadas entre Abril e Junho de 2023: numa biblioteca de uma escola secundária do Porto, num dos museus públicos da cidade do Porto, na literatura médica sobre pessoas trans no final do século 19 - inícios do século 20, e no presente, e nos jardins da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (FBAUP).

Os núcleos que se seguem dizem então respeito à apresentação dos arquivos que começamos a constituir. Entendemos arquivo não no sentido de espaços e coleções já constituídas a partir de marcadores de poder, mas antes como o encontro de materialidades que se alinham pelos discursos que as constituem e lhes dão existência histórica e no presente (Foucault, 1976). Este alinhamento não quer dizer consenso. O arquivo é o nível de existência discursiva nos quais questões de racialização, de género, de capacitismo, de classe, etc. se constituem e se apresentam socialmente, produzindo subjetividades. Daí a importância de pensarmos não apenas no desenho destes arquivos e na violência que eles transportam, mas também na sua leitura a partir das lentes da LCD e da interseccionalidade. Estes núcleos são atravessados por perguntas que não terão ainda respostas neste texto:

- Como trabalhar estes diferentes arquivos para serem transformados em materiais para que possam ser utilizados em contextos educativos?
- Como podemos hoje trabalhar estes arquivos em contextos educativos partindo da necessidade urgente de histórias reparativas e restitutivas?

¹⁾ Tradução livre de “First and foremost, white folks must do the work of healing their own intergenerational trauma because the work of decolonization is their work. They created the conditions of colonization. They are the ones who must overcome their addiction to the benefits of white supremacy and dismantle it.”

3.Literatura médica sobre pessoas trans no final do século 19 - inícios do século 20 e presente

“Have we always existed? Have we always been so hated? Have we always fought back?” (Feinberg, 1996: 9).

Só em março de 2023, foi, finalmente, aprovada uma proposta, em Portugal, para a proibição e criminalização das "práticas de conversão" sexual. Sendo este o nosso ponto de partida, sentimos a necessidade de evidenciar o carácter construído das narrativas feitas por cima do corpo trans que justificam a implacável invisibilidade e marginalização histórica da pluralidade do corpo considerado não-conforme e de que forma estas narrativas se proliferaram e aonde ficaram. Do nosso levantamento ficamos com as seguintes questões:

- Onde podemos encontrar o termo trans-vestismo-sexualismo-generidade na história da medicina?
- De que modos foi categorizado como 'condição', 'desvio' e 'comportamento a ser curado' pela psiquiatria e medicina?
- Qual a origem do diagnóstico de disforia de género?
- Quais paralelos possíveis entre a história da patologização da homossexualidade e do corpo dissidente?

Que ação-reforma-transformação-crítica é possível do lugar de doente taxonomizado nos aparatos administrativos (registos judiciais, criminais, médicos e estatais)? Encarar esta questão, da nossa posição de pessoas trans, entendemos que, complexificar e lidar com violência deste lugar de “doente”, torna-se vital para conseguirmos navegar as nossas subjetividades e nos envolvermos politicamente sem negar as nossas histórias feitas nas margens do possível. Lidar frontalmente com esta zona cinzenta permitirá a negociação com o que está estabelecido como realidade.

Esta negociação far-se-á da ação coletiva “essencial à ocorrência de uma mudança estrutural” (Mörsch, 2021: 71). Se nestes núcleos de investigação nos propusemos partir de um conhecimento coletivo para pensar possibilidades de ação, teremos primeiramente de contrariar o movimento hegemônico que caracteriza o ato de categorização médica; este ato (que não se fica somente pelo corpo trans) distorce as nossas opções de existência. Reconhecemos, porém, que contrariar esta medicalização do corpo não-normativo apenas acontecerá quando a consciência trans, especialmente a consciência branca e, nos nossos saberes localizados, portuguesa, se confrontar e compreender que a origem da sua categorização e essencialização são produtos de uma violência colonial.

Para tal, para além da importância de abrir um DMS ou um ICD e sublinhar aonde e de que maneira lá estamos, teremos de abrir portas à heterogenia e transgressão inerente à existência trans, travesti, não-binária, intersexo e de todes es que desafiaram e resistem normativas de género através dos tempos e lugares e, só assim, poderemos abraçar o seu potencial para espoletar a mudança. Agora perguntam-se, como é que se pode enquadrar este corpo e posição política dentro da educação artística?

Sabemos, com esta posição, que não se pode falar de envolvimento cultural íntegro quando se habita um corpo “que não existe nos protocolos, não existe como variável possível e vital do humano nos livros de anatomia, nem nas representações do aparelho reprodutor saudável dos manuais de Biologia” (Preciado, 2016: 227). Acreditamos que, aqui, Preciado nos tenta dizer que a representação é a palavra-chave. Explorar a possibilidade de representações positivas, feitas pelas mãos desses mesmos corpos não-conformes, como variáveis fidedignas à diversidade humana tornar-se-á essencial para o combate contra a máquina categorizante de deficiência e desajuste. Efetivamente, o corpo marginalizado, mesmo que condicionado, exige existir como realidade material e com direito a ver-se representado por si mesmo. Este movimento pode converter o inexistente em existente, o que, em si, o torna uma sabotagem da normatividade confortavelmente instalada nas representações dos nossos corpos e, conseqüentemente, imaginação do que poderíamos ser.

Tudo isto passará, também, por educar sobre as particularidades da opressão da diversidade de sexo e gênero. Se, afinal, o corpo trans é precisamente aquele que “se vira contra a língua daqueles que o nomeiam para o negar” (Preciado, 2016: 228) representar e evidenciar pedagogicamente a sua inexistente existência irá abalar e colocar “em cheque: a nação, o tribunal, o arquivo, o mapa, o documento, a escola, a família, a lei, o livro, o centro de internamento, a psiquiatria, a fronteira, a ciência e deus” (Preciado, 2016: 228).

Com isto, acordamos que é importante ressaltar que a violência que conseguimos nomear neste texto não é propriamente reparável através de uma análise crítica do aparato médico ou questionamento de representações. Estas são apenas veias da resistência total. Isto porque vidas trans, travesti, não-binárias e intersexuadas têm necessidades materiais concretas e urgentes às quais, historicamente, a medicina, assim como a legislação que a acompanha, obstruem o acesso e impossibilitam vida(s). O que nos propusemos fazer surgiu do facto de que advogamos, urgentemente, que “todas as pessoas trans precisam de acesso a cuidados de saúde básicos, sem medo de serem rejeitadas por intolerância ou falta de dinheiro” (Feinberg, 1996: 124)²).

Trazemos conosco Leslie Feinberg, várias vezes aqui citada, como leitura crucial. Leslie lembra-nos das materialidades que condicionam as existências transgressoras das normas sociais. Trabalhadora fabril e sindicalista, Leslie falece em 2014 por complicações de saúde devido a infeções das quais sofria desde os anos 1970. Sem se poder dar ao luxo de tentar tratamentos para a infeção em estágio avançado, em vida, Leslie sofreu a constante falta de acesso a cuidados médicos devido ao preconceito em relação à sua identidade transgênero.

Não queremos estar a utilizar a sua morte como mais um exemplo sensacionalista da tão publicitada inevitável fatalidade da vida trans. Pelo contrário, celebramos aqui Leslie como exemplo de uma vida trans que, para além de questionar as categorizações históricas do corpo não-conforme, também nos deixou representações de felicidade trans, isto sempre vincado nas nossas realidades materiais e no questionamento vivo das normas sociais.

²) Tradução livre de “all trans people need access to basic health care, without fear of being turned away because of bigotry or lack of money.”

Sumarizando, a libertação trans passará primeiramente por reconhecer que variações e desvios patologizados de sexo e género são inerentes à condição vital humana. Esta pesquisa faz-se para tentar nomear quais os parâmetros do real: quem desenha as linhas do molde binário macho/fêmea que examina, mutila, limita, violenta e, fundamentalmente, coloniza os corpos, assim como as suas representações e, conseqüentemente, possibilidade de vida digna. Porque este tipo de trabalho: o que procura alargar narrativas pré-estabelecidas, para além de ter de ser feito em conjunto com outros esforços ativistas de resposta concreta às necessidades materiais de pessoas trans e não-binárias, terá sempre a finalidade de contribuir para a luta coletiva pelo reconhecimento político e reformas legislativas. E para tal, será necessário um trabalho fino e incansável, ao qual temos necessidade de contribuir em memória de Leslie e muitas outras:

o próprio conceito de que o nosso atual sistema restrito de sexo e género é eterno deve ser desafiado através da exploração da diversidade que tem existido ao longo da história humana. Precisamos de uma nova análise da história, da antropologia e da ciência médica para eliminar quaisquer conceitos segundo os quais as variações de sexo e de género são “anormais” (Feinberg, 1996: 125).

4. Casa do Infante - Museu do Porto

Somos bombardeados diariamente por uma mentalidade colonizadora - poucos de nós conseguimos escapar das mensagens oriundas de todas as áreas da nossa vida -, uma mentalidade que não somente molda consciências e ações, mas também fornece recompensas materiais para a submissão e aquiescência que superam em muito quaisquer ganhos materiais advindos da resistência, de modo que precisamos estar constantemente engajados em novas matérias de pensar e ser. Precisamos estar atentos de forma crítica. Essa não é uma tarefa fácil quando a maioria das pessoas passa boa parte dos dias trabalhando dentro da cultura do dominador (hooks, 2010: 57).

Temos um especial interesse em desmistificar aquilo que usamos como mundano e como esses atos, essas estruturas, poderão estar carregadas de violências e colonialidades. Visitamos, então, o Museu do Porto, mais concretamente a Casa do Infante, casa onde presumidamente nasceu o Infante D. Henrique, o Navegador, sendo este convidado para as aulas da disciplina de Estudo do Meio e História, como um “grande impulsionador dos Descobrimentos!”^{3.}). Aqui encontra-se a exposição “O Infante D. Henrique e os Novos Mundos”, sendo que a mesma sugere explicar o tema da (como indica no próprio website^{4.}) “Expansão portuguesa”. Este museu, em específico, transporta consigo uma quantidade de materiais que nada têm de inocentes, mostrados com neutralidade e um polimento, tudo descrito com palavras grandes e bonitas, complexas, palavras vindas de um ocidente explorador, referindo-se ao “Outro” como exótico, fraco e descoberto. Dentro dele

3) https://www.escolavirtual.pt/static-ereaderp/2/9789720850324-TE-01/resources/em4rdig_cm_fh00001/index.html

4) https://museudoporto.pt/recurso/casa-do-infante/?doing_wp_cron=1696888512.3755669593811035156250

encontramos um canto vangloriador e orgulhoso do massacre que foi, o que eles orgulhosamente escrevem nas suas paredes (mais de 20 vezes) “os descobrimentos”. Com este cenário exposto numa exposição de longa duração, questionamo-nos sobre o quê que ele tem para oferecer às escolas. Surpresa a nossa quando entendemos que também estas atividades sugerem nenhum questionamento sobre as informações escritas, selecionadas e revistas naquele museu.

Olhemos, por exemplo, para a arte roubada e não nomeada (que encontramos no museu e nos seus arquivos) e como é tratada como objeto de “Safari”, desde as paredes do museu às propostas ao público dos ensinamentos pré-escolar ao ensino secundário numa relação com o massacre a que chamam “descobrimientos” como um grande feito dos “Heróis do Mar”, relativizando e minimizando o sofrimento e o trauma de pessoas colonizadas, justificando os tais ‘descobrimientos’ como uma inevitabilidade “para o bem ou para o mal”. A tabela abaixo mostra algumas das atividades propostas pelo Museu. Nelas percebemos como uma identidade nacional portuguesa é construída à custa de processos de exotização e de constituição de um “Outro” que se diferencia de um nós Europeu e “civilizado”. Os contextos propostos remetem a um imaginário colonial que reativa os princípios da descoberta, da conquista e da superioridade que também compõe a branquitude. O que fazer com estas violências num espaço que é dito ‘público’? Com este trabalho que começou com uma visita esgotante a este Museu, entendemos que estes temas nos atravessam a todos, e que, por isso, o sentido ‘público’ deste Museu nos obrigará a um maior aprofundamento que possa iniciar ações de desconstrução destas narrativas.

Oficina	Safari na Casa do Infante	Jogo de descoberta de animais nas peças em exposição e nos documentos do arquivo histórico.	Pré-escolar
Oficina	Piratas à vista!	Durante os Descobrimientos houve piratas que quiseram enriquecer atacando barcos e roubando cargas. Vamos conhecer as suas histórias e construir chapéus como os seus.	Pré-escolar
Oficina	A Casa e o Infante	Nesta oficina vamos conhecer melhor o Infante D. Henrique e construir um objeto em forma de torre, tal como o local onde ele nasceu.	Pré-escolar EB1 - 1º e 2º anos

Figura 1: Atividades para o público escolar e pré-escolar - Casa do Infante - Museu do Porto

Fonte: Os autores.

Pensar em educação, e educação artística, sem sairmos do nosso espaço confortável à secretária, não é um caminho que queremos tomar, pois, como mostramos, estas “inocentes atividades” estão em todo o lado e cobrem a cidade de ódios e violências, excluem e voltam a narrar a alto e bom som as narrativas que queremos questionar. Entendemos que o nosso campo de pesquisa é também a rua, os museus, os espaços fora da academia.

Os questionamentos feministas ao patriarcado e a sua insistência na crítica à primazia de pensadores homens e de seus trabalhos foram uma insurreição que resultou em grandes mudanças. Quando a crítica de raça e classe social for acrescida à de género, todos os preconceitos passaram a ser questionados (hooks, 2010: 24).

5. Biblioteca de uma Escola Secundária no Porto

Em 1934, realizou-se a Primeira Exposição Colonial Portuguesa, nos Jardins do Palácio de Cristal (Porto). A exposição foi uma estratégia política, colonial e comercial para promover o Império Colonial Português, legitimando a missão civilizadora da colonização portuguesa, ao mesmo tempo em que perpetuava estereótipos com visões primitivistas e exotizadas do 'Outro' colonial.

Dentre as atividades que compunham o evento, destacou-se a criação do que hoje reconhecemos como um zoológico humano: recriou-se as aldeias das colônias portuguesas com a participação de aproximadamente 324 pessoas trazidas dos territórios colonizados.

A exposição de 1934 representa uma manifestação violenta das perspectivas hegemônicas eurocêntricas sobre os corpos e culturas subalternas. Os zoológicos humanos promoviam uma leitura sobre o 'Outro' "reiterando estereótipos de indolência, preguiça, crenças pagãs e hipersexualização, em particular em torno das pessoas de proveniência africana (e, em especial, das mulheres), forçadas a vestir trajes ditos tradicionais e a revelar os seus corpos semi-despidos" (Balona et al., 2021: 5).

Hoje, o Palácio de Cristal é um dos pontos turísticos mais importantes da cidade do Porto. Entretanto, o evento de 1934 e seus impactos, tanto materiais quanto simbólicos, foram em grande parte esquecidos da história da cidade. É por este motivo que chama atenção quando, dentro dos próprios Jardins do Palácio de Cristal, onde se localiza a Galeria Municipal do Porto, surge o programa educativo PING! - Programa de Incursão à Galeria, que aborda em um dos seus eixos temáticos de trabalho a exposição de 1934. O programa rememora o evento de forma a tentar fazer um exercício crítico e reflexivo questionando as lógicas coloniais que, ainda hoje, fazem parte da sociedade portuguesa através de sistemas que excluem, discriminam e desumanizam pessoas.

O PING! provoca nossa atenção pelo seu trabalho no contexto escolar, mais especificamente na Escola Secundária Infante D. Henrique. Criada em 1884, a escola fazia parte do Palácio de Cristal, e agora se localiza nas proximidades. A convergência destes três lugares - a Escola Secundária Infante D. Henrique, os Jardins do Palácio de Cristal e a Primeira Exposição Colonial Portuguesa - têm em comum não apenas uma conceção temporal e espacial, mas também ideológica. O próprio nome da escola, que presta homenagem ao Infante D. Henrique, está intrinsecamente relacionado com a história colonial. Propomos, então, procurar os arquivos disponíveis na biblioteca da escola em busca dos materiais que envolvessem o evento de 1934, o Palácio de Cristal e o contexto social e político da cidade naquela época.

Deparamo-nos, sem muita surpresa, com um conjunto de materiais atordoantes que destacam as exposições coloniais como "fenômenos essenciais", "momentos privilegiados", movimento cultural que reforça o "sentimento de pertença a uma comunidade histórica capaz de criar novos projetos e lançar uma imagem dinâmica do futuro", que mostra a "riqueza do Ultramar Português" e que "animou a cidade do Porto". Também incluem imagens perturbadoras que expõem, novamente, sem o mínimo de filtro ético e respeitoso, as pessoas que participaram na exposição e seus corpos seminus, acompanhadas de legendas insensíveis e violentas. Como podemos desconstruir e desafiar esses materiais de arquivos? Que subjetividades e narrativas contra-hegemônicas podem ser criadas a partir desses materiais? O que está ausente nestes arquivos? Como podemos subverter essas imagens problemáticas? Quais conexões e implicações podemos fazer com materiais que são veiculados nos dias de hoje?

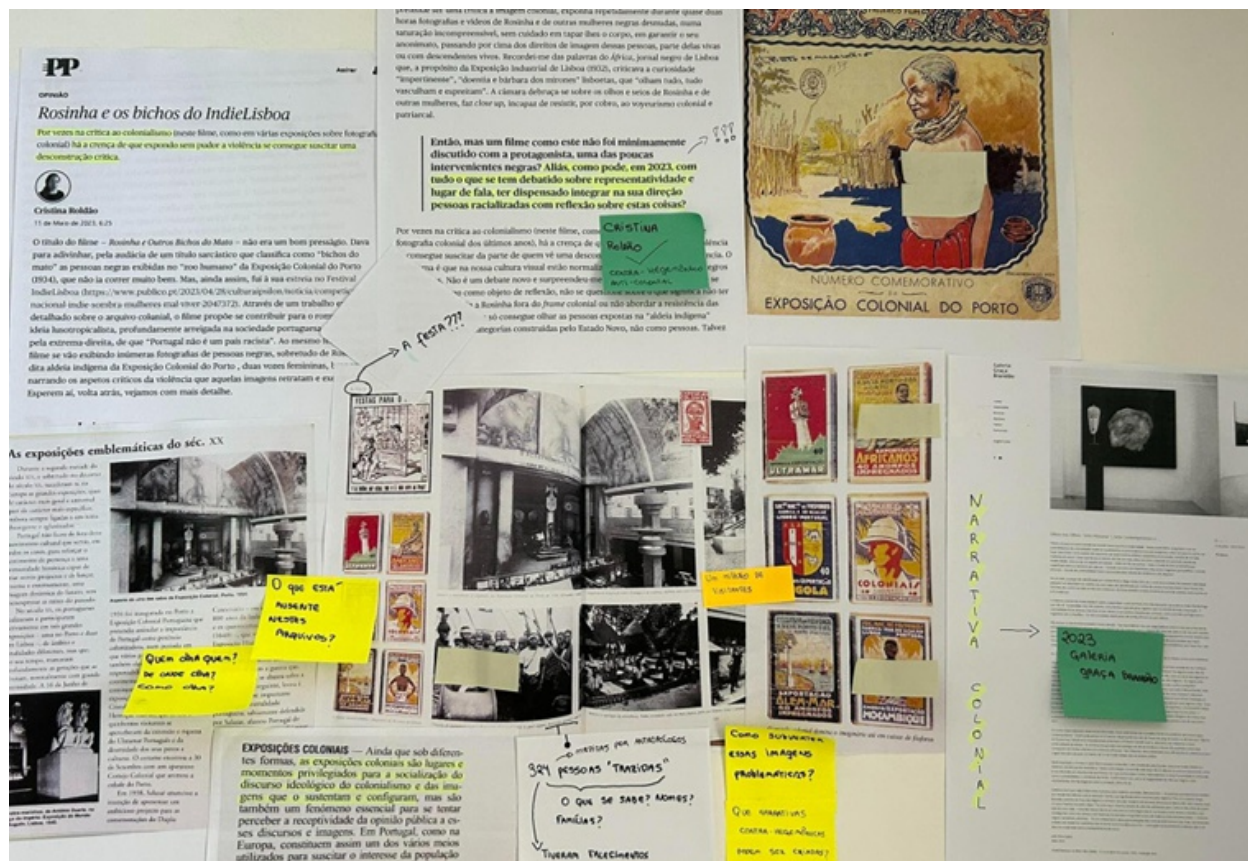


Figura 2: Parte do processo de organização da investigação: trazer em uma mesa os arquivos encontrados na Escola Secundária Infante D. Henrique, junto a textos contra-hegemônicos, como forma de questionar o arquivo.

Fonte: Os autores.

6. Jardim da FBAUP

Desde 1928 que o Palacete Braguinha é ocupado pela Escola de Belas Artes do Porto, hoje, Faculdade. Este espaço foi comprado em 1861 por António Ribeiro Fernandes Forbes, um brasileiro de torna-viagem que, junto com a sua mulher, Maria do Carmo Calazans Rodrigues trataram da construção do palacete e do jardim que o circunda. O Palacete Braguinha, tem na sua história mais emigrantes portugueses que regressaram do Brasil e lhe deram o nome como, José Teixeira da Silva Braga e o seu herdeiro, José Braga Júnior. Este último, foi Vice-cônsul do Brasil no Porto, que contratou o arquiteto paisagista belga, Florent Claes para a construção do jardim do Palacete.

É neste “exótico” jardim que nos juntamos para conversar sobre práticas anti-discriminatórias na educação artística. O jardim ocupa um lugar de relevo no mundo imperial, não apenas ele é o resultado de uma separação entre um “Nós” e um “Outro”, pela oposição jardim/selva, como a sua constituição é também o resultado de viagens exploratórias de tráfico de sementes e de espécies que representavam o domínio sobre a natureza e alimentavam o desejo por comer o “Outro” (hooks, 2017). Na história do espaço onde hoje está a FBAUP, é interessante perceber que antes da construção da casa, que é o edifício original do espaço, existia ali uma espécie de parque de diversões: Tivoli. O jardim, elemento que ainda hoje ocupa especial destaque nas memórias das pessoas que passam por aquele espaço, é apenas uma continuidade desse desejo de entretenimento que a construção ocidental de um “Outro” tem em si.

Este mesmo jardim, este mesmo palacete foi construído com dinheiro fruto da exploração de pessoas escravizadas e de negócios extrativistas no Brasil; as espécies plantadas, na sua maioria, provêm do tráfico colonial que foi também chamado científico e legitimado pela ciência a partir das suas tecnologias de produção de um conhecimento objetificador de pessoas e natureza. Florent Claes não gizou apenas o jardim da FBAUP. Os jardins do Palácio de Cristal, onde haveria de ocorrer a Exposição Colonial Portuguesa de 1934, tiveram também intervenções da sua autoria.

A FBAUP cobra propinas mais elevadas a estudantes brasileiros do que a portugueses. O jardim e edifício estão carregados de signos que oprimem e excluem pessoas. O que significa, neste mesmo espaço, pensar num movimento de resistência nas práticas anti discriminatórias na educação artística? E como pode uma história que enfrenta as suas dimensões coloniais, e uma instituição de ensino artístico (também ele repleto de colonialidades e de dinâmicas excludentes) chamar a si a responsabilidade de atuar uma história repositiva e reparativa?

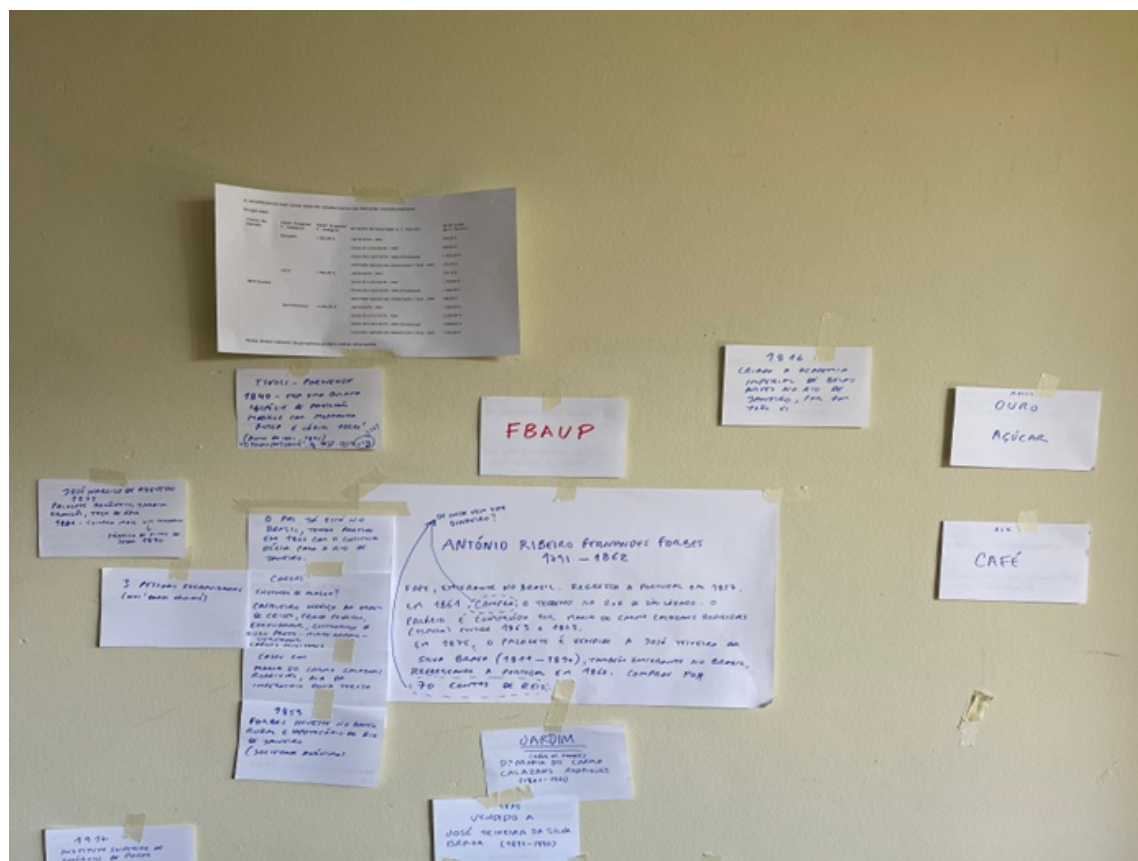


Figura 3: Parede da FBAUP onde se procura organizar a investigação da origem do seu espaço

Fonte: Os autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balona, A., Rodrigues, M., & Coelho, N. (2021). Um elefante no palácio de cristal. In Matilde Seabra & Tiago Dias dos Santos (coords.). *Um elefante no palácio de cristal* (pp. 5-7). Galeria Municipal do Porto / Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M.
- Crenshaw, K. (2002). "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero," *Revista Estudos Feministas*, 10, 171-188.
- Feinberg, L. (1996). *Transgender warriors*. Beacon Press.
- Foucault, M. (1976). *The archaeology of knowledge*. Harper & Row.
- Haraway, D. (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.
- Hooks, bell. (2017). Eating the other: Desire and resistance. *Gênero*, 17(2), 189-212.
- Hooks, bell. (2010) *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. Elefante.
- Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), 1-18.
- Mignolo, W. D. (2019). *A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir*. MASP - Afterall: arte e descolonização. Disponível em <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-YC7DF1wWu9O9TNKezCD2.pdf>
- Mörsch, C. (2021). Critical Diversity Literacy at the Education/Art Interface: Insights into the Perpetual Workshop of an Anti-Discrimination Curriculum. In IMMER #2 — *International Meeting On Museum Education & Research: Rethinking Museum Theory and Practices* (pp. 81-95). i2ADS/FBAUP.
- Preciado, P. B. (2016). O meu corpo não existe. In In Latimer, Q. & Szymczyk, A. (eds.). *The documenta 14 Reader* (pp.117-161). Prestel Verlag.
- Quijano, A. (2007). Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, 21, 168-178.
- Ribeiro, D. (2020). *Lugar de fala*. Editora Jandaíra
- Steyn, M. (2015). Critical diversity literacy: Diversity Awareness in twelve South African organisations. In Vertovec, S. (Ed.). *Routledge International Handbook of Diversity Studies* (pp. 379-389). Routledge.
- Tunstall, E. (2023). *Decolonizing design: A cultural justice guidebook*. The MIT Press.
- Twine, F. (2004). A white side of black Britain: The concept of racial literacy. *Ethnic and Racial Studies*, 27(6), 878-907.

Cat Martins.

Nascida em 1980. É uma pessoa branca, de uma família de classe trabalhadora, gorda desde a infância, e primeira geração da família que frequentou o ensino superior. É uma pessoa Queer e Trans Não-Binária. Viver grande parte da vida passando como pessoa cis, trouxe consigo acesso a privilégios que hoje tem, embora a afirmação da sua identidade nesses lugares provoque hoje tensões e erga 'muros'. É uma pessoa privilegiada, com um salário de docente universitária. Tenho casa e papéis que me conferem cidadania portuguesa. Estes papéis ainda estão errados (em Portugal, as pessoas Não Binárias ainda não têm reconhecimento legal). Quer mudar umas coisas na academia (ah, e já agora, na Constituição Portuguesa!). Docente na FBAUP, Investigadore i2ADS e ISUP. Email: csmartins@fba.up.pt Email: praticasantidiscriminatorias@gmail.com. ORCID: 0000-0002-7400-1423

Marcela Pedersen.

Mulher cis, bissexual, nascida e criada na classe média brasileira. Simultaneamente uma 'outra', brasileira imigrante em Portugal, e uma 'mesma', pessoa branca. Meu encontro com o grupo é fruto de uma posição de privilégio de ser, apoiada na possibilidade de cursar um doutoramento nas Belas Artes. Email: praticasantidiscriminatorias@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2590-0155

Ana Mafalda Pereira.

Mulher cis, neurodivergente, branca, pansexual. Cresci com todos os privilégios e vantagens de uma família de classe média portuguesa. Estudei no ensino público e privado. Sou doutoranda em educação artística na FBAUP, bolseira FCT, e a minha área de atuação é o teatro. Consciente de que mesmo a precariedade não é para todes, reconheço o privilégio de ainda andar por aqui. Feminista. Antiespecista. Email: praticasantidiscriminatorias@gmail.com. ORCID: 0009-0001-1077-0389

Inês Neves.

Branca, lésbica, nascida numa família portuguesa de classe média, com os privilégios todos que acarretam desta identidade. Estudante num mestrado de educação em permanente questionamento do meu lugar nestes mundos académicos cis heterossexuais, com um enorme desejo de mudar algumas coisas por aqui. Email: praticasantidiscriminatorias@gmail.com. ORCID: 0009-0003-7483-7970

Camila Almeida

Ativista, Camila tem 24 anos e estudou Animação e Informação Turística na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Instituto Politécnico do Porto. Estagiou no Museu do Porto durante o meu percurso académico, conseguindo, a partir desse momento, entendeu este espaço plural como complexo e não apenas como um "contador de histórias da cidade". Email: praticasantidiscriminatorias@gmail.com. ORCID: 0009-0002-5243-7928"

Pedrinho Faël.

É uma pessoa queer e transmasculina não-binária, socializado como menina branca, portuguesa, católica, isolado no seio da classe média, contudo “raised by the Internet”. Ainda não se permitiu a sair da instituição escolar, instrumentaliza a profissionalização na docência também para assegurar uma suposta validação social. Neste momento, sente privilégio por ter acesso legitimado pelo governo português a testosterona ao mesmo tempo que é confrontado com a perda de acesso a lugares de privilégio dos quais usufruiu até agora (mesmo que a custo) quanto mais a sua transgressão de gênero se manifesta nas mudanças do seu corpo e modos de pensar/agir/resistir. Procura neste grupo cuidado e força coletiva, existir e questionar de outras formas e com sede de chegar a outros lugares. Email: praticasantidiscriminatorias@gmail.com. ORCID: 0009-0001-3261-7350

Amadeo de Freitas.

Pessoa portuguesa, branca e com casa. Cresceu numa família pobre, no sul de Portugal. Educado na cultura de uma mãe de família burguesa, nascida em Moçambique colonial, que se viu obrigada a mudar para Portugal. Neurodivergente, queer, não-binário e visivelmente trans-masculino. Iniciei a minha transição às escondidas da minha família e assim permaneço. Estou em luta pelo acesso ao ensino superior há 6 anos devido a estruturas condicionantes maiores do que eu. Porém, quando saio do trabalho, ao ver as pessoas desalojadas sinto na pele não só o privilégio branco e português, mas também o privilégio de ainda me poder fazer passar por menina aos olhos cis - o que me dá acesso a um emprego ou, por exemplo, a possibilidade de participar na escrita deste artigo. Email: praticasantidiscriminatorias@gmail.com. ORCID: 0009-0005-9404-9829

Tiago Assis.

Branco, cis, português, professor e investigador na FBAUP. Teve um percurso altamente privilegiado, pelas estruturas e condições sociais, também correlacionadas com um acesso a uma educação tecnológica bastante excludente.

Email: praticasantidiscriminatorias@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6426-8864

Receção: 04-03-2024

Aprovação: 10-09-2024

Citação:

Martins, C.; Pedersen, M.; Pereira, A. M.; Neves, I.; Almeida, C.; Faël, P.; Freitas, A. & Assis, T. (2024). Práticas anti-discriminatórias em educação artística: Arquivos inesperados para agitar lugares sossegados. *Revista Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de artes e cultura*, 7 (3), pp. 12-29. ISSN 2184-3805. DOI: <https://doi.org/10.21747/21843805/tav7n3a1>



TODAS AS ARTES

.....
REVISTA LUSO-BRASILEIRA DE ARTES E CULTURA
ALL THE ARTS LUSO-BRAZILIAN JOURNAL OF ART AND CULTURE



Vol. 7, N. 3, Set.-Dez. 2024
ISSN 2184-38052